
KIM JIYOUNG, NASCIDA EM 1982: onda coreana, apropriações de professoras e criação de currículos não sexistas

*Maria da Conceição Silva Soares
Bianca de Menezes Castro da Silva*

Resumo

Este texto se ocupa da análise de uma proposta em ensino e pesquisa realizada em um curso de doutorado em educação no estado do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2023. A atividade consistiu na leitura do livro *Kim Jiyoung, nascida em 1982*, da escritora feminista sul-coreana Cho Nam-Joo, e na exibição do filme com o mesmo título, seguidas de debates. As discussões foram gravadas, com consentimento das participantes, e esse material constituiu o *corpus* da pesquisa. A partir do procedimento metodológico das conversas, o objetivo foi pensar com as narrativas das apropriações realizadas possibilidades para a criação de currículos. A experiência se insere no contexto de uma investigação mais ampla sobre a *Hallyu* e a educação. Situa a disseminação das produções culturais da Coreia do Sul no seio do capitalismo cultural, cujas características concentram-se na circulação de bens culturais, serviços e informação, exigindo investimentos dos setores público e privado. Foca-se nas apropriações feitas pelas estudantes-professoras, em operações de identificação, recusa e negociação a partir de um imaginário individual e coletivo cada vez mais alimentado pelas mídias. Atenta para os processos de formação que se engendram com essa prática de uso e ressignificação do que é imposto pelo mercado, os descentramentos culturais que operam e os processos curriculares que inspiram. Aponta que as narrativas fabuladas pelas estudantes-professoras, com e a partir dessa apropriação, são potentes para pensarmos os currículos praticados nos cotidianos das redes educativas, incluindo as escolas, assim como para a criação de currículos não sexistas possíveis.

Palavras-chaves: Hallyu; produtos culturais sul-coreanos; apropriação de professoras; criação de currículos não sexistas.

KIM JIYIUNG, BORN 1982: korean wave, appropriation of teachers and creation of non-sexist curricula

Abstract

This text deals with the analysis of an experience on teaching and researching, done in a Doctorate course in Education in the State of Rio de Janeiro, in the first semester of 2023, and it consisted in the reading of the book *Kim Jiyoung, born 1982*, from the feminist South Korean writer Cho Nam-Joo, and the exhibition of the movie with the same name, followed by debates. The experience is inserted in the context of a broader investigation of the *Hallyu* and Education. It situates the dissemination of South Korea's cultural productions in the cultural core of capitalism, whose characteristics are concentrated in the circulation of cultural goods, services and information, requiring investments from the public and private sectors. It focuses on the appropriations done by the student teachers, in operations of identification, refusal and negotiation from an individual and collective imaginary more and more fed by the media. Alert to the processes of formation that are engendered by this practice of use and reframing of what is imposed by the market and to the curricular processes that inspire. It shows that the narratives fabled by the student teachers with and from this appropriation are powerful for us to think the curricula practiced in the everyday life of educative networks, including schools, and to the creation of possible non-sexist curricula.

Keywords: Hallyu; south korean cultural products; appropriation of teachers; creation of non-sexist curricula.

KIM JI-YOUNG, NASCIDA EM 1982: onda coreana, apropiações de parte de professoras e criação de currículos no- sexistas

Resumen

Este texto se ocupa del análisis de una experiencia de enseñanza e investigación realizada em una carrera de doctorado en Educación en el estado de Río de Janeiro en el primer semestre de 2023, y que consistió en la lectura del libro Kim Ji-young, nacida en 1982, de la escritora feminista surcoreana Cho Nam-Joo, y en la exhibición de la película con el mismo título, con debates posteriores. La experiencia se incluye en el contexto de una investigación más amplia sobre Hallyu y la Educación. Sitúa la diseminación de las producciones culturales de Corea del Sur em el seno del capitalismo cultural, cuyas características se concentran en la circulación de bienes culturales, servicios e información, exigiendo inversiones de los sectores público y privado. Se enfoca en las apropiaciones de parte de las estudiantes-profesoras, en operaciones de identificación, rechazo y negociación a partir de un imaginario individual y colectivo cada vez más alimentado por los medios. Observa los procesos de formación que se engendran con esta práctica de uso y resignificación de aquello que impone el mercado, las descentralizaciones culturales que operan y los procesos curriculares que inspiran. Señala que las narrativas fabuladas por las estudiantes-profesoras con y a partir de esta apropiación resultan potentes para poder pensar los currículos practicados en los cotidianos de las redes educativas, incluyendo las escuelas, y para la creación de posibles currículos no-sexistas.

Palabras clave: Hallyu; productos culturales surcoreanos; apropiación de parte de professoras; creación de currículos no-sexistas.

INTRODUÇÃO

Em 1999, quando Kim Eunyoung completou vinte anos, foi aprovada uma nova legislação contra a discriminação de gênero e, em 2001, quando Kim Jiyoung completou vinte anos, foi formado o Ministério da Igualdade de Gênero. Mas, em momentos cruciais da vida das mulheres, o estigma de “ser mulher” se erguia, obscurecendo-lhes a visão, atando-lhes as mãos e impedindo que avançassem. Os sinais eram contraditórios e inquietantes.
(Nam-Joo, 2022, p. 68)

Me parece formidável que também existam mulheres que gostem de seduzir, que saibam seduzir, e outras que saibam se casar; que existam mulheres que cheirem a sexo e outras à merenda dos filhos que saem do colégio. Formidável que existam algumas muito doces, outras realizadas em sua feminilidade; que elas sejam jovens, muito bonitas, ou coquetos e radiantes. Francamente fico muito feliz por todas aquelas a quem convém as coisas como estão. E digo isso sem a menor ironia. Eu, simplesmente, não sou uma delas.
(Despentes, 2016, p. 7-8)

Este artigo se ocupa de uma atividade em ensino e pesquisa no contexto de uma investigação mais ampla sobre a *Halbyu*¹ e a educação no Brasil². Para o início da discussão, traz narrativas criadas por duas autoras distantes no tempo-espaço e bem diversas entre si, mas que abarcam feminismos e mulheres. A despeito de suas diferenças culturais e de estilo, as autoras transitam por essas questões sem recorrer ao modo como os estudos de gênero, hegemonicamente, as tratam na academia, ou seja, teorizando-as. Elas nos apresentam histórias de vida para nos fazer pensar. No livro *Kim Jiyoung, nascida em 1982*, a sul-coreana Cho Nam-Joo (2022), escritora feminista e ex-roteirista de televisão, nos apresenta uma obra de ficção que se assemelha a uma narrativa de k-drama³, com uma personagem inspirada em sua própria experiência: Kim Jiyoung. Já no livro *Teoria King Kong*, uma autobiografia crítica, a francesa Virginie Despentes (2016) nos conta sua própria e conturbada jornada.

A abordagem das obras citadas na introdução, visa, primeiramente, apontar que todas as narrativas são fabulações, como indica Certeau (2011). O autor afirma essas são interpretações de acontecimentos, ficções assumidas ou não, que informam o real (dão forma), que o produzem, mesmo quando não têm a pretensão de representá-lo. Além disso, Certeau (1994) nos sugere que a literatura e as narrativas fabuladas não devem ser tomadas apenas como objetos de estudo, mas podem se constituir em uma forma de apresentar resultados de pesquisas/reflexões e de criar conhecimentos e sentidos.

Em segundo lugar, o texto traz esses dois livros para argumentar, com Bhabha (2011), que, por meio de narrativas pensadas como discursos de autodesvelamento – contingência em que nós nos mostramos uns aos outros –, o psíquico e o político se imbricam nas operações de reconhecimento e recusa. Engendram, assim, estratégias de subjetivação individual e coletiva. Para esse autor, o que é desvelado é o posicionamento humano, uma vez que discurso e ação são os atributos definidores da humanidade e a condição primeira da vida comunitária cotidiana.

O terceiro e último ponto a ser destacado é que, nas obras citadas, as normas, a performatividade, os estereótipos e as concepções de gênero, assim como as demais questões pertinentes aos feminismos, são abordados numa perspectiva não identitária. Ou seja, não há a essencialização e a homogeneização da categoria mulheres, tampouco a presunção de um sexo original e verdadeiro. Ainda que não haja uma teorização acadêmica nessas narrativas, conforme observou Butler (2015, p. 18), em relação ao questionamento no interior do discurso feminista, “[...] o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes”. O ‘ser mulher’, nessas obras, é delineado a partir dos modos como a parcela da população assim denominada – e classificada pelos discursos de saber-poder que atribuem significações aos seus corpos –, experimenta, performa, sofre, se submete, escapa dos controles sociais, se liberta, se percebe e se diz em sua cotidianidade, assumindo uma multiplicidade de formas possíveis de performar, de existir, de sobreviver e de se transformar.

O que as narrativas desses livros propõem é pensar o gênero – com as e para além das normas sócio-culturais-políticas – como prática cotidiana ao modo das táticas que obedecem a uma

¹ Como ficou conhecida a onda de produções culturais sul-coreanas que continua se difundindo e se expandindo em todo o mundo.

² Pesquisa *Onda coreana e educação*: K-dramas, apropriações por docentes/discentes e atravessamentos nos currículos criados nos/com os cotidianos dentro/fora das escolas e de cursos de formação de professoras. Proped/UERJ.

³ Séries, novelas e filmes sul-coreanos.

ordem transgredindo-a, colocando-a em xeque (Certeau, 1994). O gênero praticado cria sempre diferenças em relação aos sistemas de referência com as operações de usar-fazer-saber-dizer-problematizar-refutar-lubridiar-atualizar as normas. Dessa forma:

Pensar gênero como prática cultural implica considerar o papel da experiência e da imaginação na produção de sentidos e atentar para as encenações e performances (gestos e rituais) nos processos miméticos que estão na base das aprendizagens práticas para a vida em sociedade (Wulf, 2013, *apud* Soares; Paiva; Nolasco-Silva, 2017, p. 45).

Feitas essas considerações, me despeço, por ora, de Despentes (2016), para me focar em Cho Nam-Joo (2022) e na contextualização da atividade em pesquisa que analiso neste artigo.

A ONDA CULTURAL SUL-COREANA SE DISSEMINA NAS REDES DIGITAIS E INVADE O BRASIL

A chamada onda coreana, conhecida como *Hallyu*, avança em todo o mundo. Suas origens e expansão têm a ver, entre outros fatores, com investimentos em cultura do governo e de empresas privadas da Coreia do Sul. Esse movimento relaciona-se também com o uso crescente dos meios de produção e circulação de conteúdos na/com a cibercultura – seja por produtores profissionais ou por usuários não profissionais que, ao praticarem as audiovisualidades⁴, se tornam produtores de mídias. O termo *Hallyu*, criado na década de 1990 pela imprensa chinesa, refere-se à popularização das produções culturais sul-coreanas e seus efeitos em vários países que compõem o mercado global de consumo da indústria cultural, inclusive o Brasil. Em nosso país, cresce aceleradamente o consumo desses produtos, o que é possível verificar tanto pelo aumento da oferta nas plataformas de *streaming*⁵, quanto pela grande quantidade de conteúdo produzido sobre a cultura sul-coreana que circula nas redes sociais.

Tal fenômeno não pode ser pensado sem que sejam consideradas as características contemporâneas do capitalismo, as quais, além da movimentação de capital financeiro, concentram-se na circulação de bens culturais, serviços e informação. Trata-se, conforme propôs George Yúdice (2004), da conveniência da cultura como recurso para finalidades diversas e, principalmente, como diferenciação e moeda de troca no mercado global. Para Yúdice (2004, p. 13), a cultura como recurso é muito mais do que uma mercadoria, ela é o eixo de uma nova estrutura epistêmica, “[...] de tal forma que o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento – em ‘cultura’ e seus resultados – tornam-se prioritários”. Isso tanto em escala local como supranacional. No caso específico da Coreia do Sul, as produções culturais operam como recurso para alavancar o desenvolvimento socioeconômico e para tornar o país mundialmente conhecido, contribuindo para melhoria das relações internacionais.

Em todo o mundo, o consumo crescente de produtos culturais do Extremo Oriente, mais precisamente da Coreia do Sul, produz, na contemporaneidade, deslocamentos e embaralhamentos teóricos, práticos e políticos. A partir disso, pensamos as representações que fazemos do país, problematizando o Orientalismo como discurso criado pelo Ocidente para dominar e ter autoridade sobre o Oriente, na forma como propôs Said (2007, p. 29-30).

⁴ Esse conceito refere-se ao audiovisual praticado por usuários nas múltiplas redes sociotécnicas em operações de produzir, assistir, mixar, subir, baixar, compartilhar, comentar, deletar etc.

⁵ Trata-se da transmissão de dados de áudio e vídeo em tempo real, de um servidor para um aparelho, como, por exemplo, computador, celular ou *smart TV*, sem precisar baixar.

[...] sem examinar o Orientalismo como discurso, não se pode compreender a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura europeia foi capaz de manejar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período do pós-iluminismo. Além disso, o Orientalismo tinha uma posição de tal força que ninguém escrevendo, pensando ou agindo sobre o Oriente poderia fazê-lo sem levar em consideração as limitações ao pensamento e à ação impostas por ele.

Por essa perspectiva, o Orientalismo determinaria, de forma unilateral, o que pode ser dito sobre o Oriente e por quem. Sendo assim, o que mudou com a produção e a circulação mundial, cada vez maior, de produtos culturais sul-coreanos? Em primeiro lugar, uma outra partilha estética e política do sensível, que, de acordo com Rancière (2005), remete a quem pode dizer o quê e de que lugar, determinando a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte disso.

Em segundo lugar, a função fabuladora desencadeada com a criação desses produtos engendra o devir imagético (Gonçalves; Head, 2009) dos sul-coreanos que se propõem a autorrepresentar a si mesmos, o seu povo, a sua cultura, os seus saberes-fazer-poderes, as suas crenças e os seus valores, mesmo considerando a influência do Ocidente nesse processo. Trata-se do devir da autoimagem individual e coletiva, do se dar a ver como convém, e, com isso, da criação permanente de outros possíveis com e a partir das fabulações, apropriações, recusas, identificações, hibridizações e negociações operadas nas e com essas criações e com seus usos.

Entre os produtos sul-coreanos lançados no mercado internacional, destacam-se filmes (*k-movies*), novelas/séries (*k-dramas*), *k-pop* e demais músicas (entre elas as trilhas sonoras originais dos dramas – denominadas como *OST*, *Original Sound Track*), livros, jogos, turismo, cosméticos, moda e alimentos, assim como aquelas mercadorias cuja percepção é mais sutil, tais como padrões de beleza, comportamentos, hábitos, crenças e valores. A aprendizagem do idioma coreano também cresce rapidamente ao redor do mundo. Tudo isso, junto e misturado, vai constituindo os modos pelos quais a cultura sul-coreana vai se disseminando pelo mundo.

Na pesquisa realizada, busca-se compreender o que os usuários desses produtos fabricam com os usos que fazem do que lhes é oferecido. Com suas práticas de usuários, produzem outras coisas, informadas por outros interesses e outros desejos, conforme nos indica Michel de Certeau (1994), para além dos agenciamentos propostos. De acordo com esse autor, o homem ordinário, comum e anônimo, o praticante da cultura nos cotidianos, cria, com as artes de fazer e de narrar o vivido, outras significações e possibilidades com e a partir do que é produzido em lugares de saber/fazer/poder/falar/silenciar. Como nos aponta Soares (2023, p. 205):

Com os usos que faz do que lhe é imposto, e com a língua que recebe e sem poder sair da linguagem, ele cria, com suas histórias, beleza onde só se via frustração, cria o habitável em um ambiente hostil, cria o singular onde se vislumbrava uma massa humana homogênea e submissa, cria diferença onde só se via repetição, cria o possível e o novo onde se pensava fazer valer a determinação do destino, cria, enfim, pequenas vitórias onde só se sentia derrota.

Assim entendendo, a pesquisa se destina a pensar com estudantes e professores que consomem tais produções a ressignificação que operam, criando sempre diferença em relação aos endereçamentos, aos comportamentos, aos hábitos, à tradição, aos valores, ao modelo de educação propagado e aos padrões de masculinidade e de feminilidade, entre outras questões nelas abordadas. Atenta ainda para os processos de formação/subjetivação que se engendram com essa

prática de uso e ressignificação, bem como para os descentramentos culturais que operam e para os processos curriculares que inspiram. Para isso, parte-se da premissa que os currículos são tecidos nos cotidianos dentro-fora das escolas, no entrecruzamento de diferentes redes de significações que emergem em/com os múltiplos contextos vividos por todos os seus agentes, incluindo-se aí os usos que fazem das mídias.

Com esse propósito, foi inserida uma proposta no plano de estudos de uma disciplina do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped-Uerj). A atividade em ensino e pesquisa trazia a leitura do livro *Kim Jiyoung, nascida em 1982*, de Cho Nam-Joo (2022), e a exibição do *k-movie* com o mesmo título (Jiyoung, 2019). Trata-se de um filme sul-coreano, adaptação do livro, dirigido por Kim Bo-Young e estrelado pela atriz Jung Yu-mi (*Invasão Zumbi*) e pelo ator Gong Yoo (*Goblin, Invasão Zumbi e Round 6*). Os debates sobre o livro e o filme aconteceram durante três encontros (*online*) com as estudantes inscritas na disciplina, no primeiro semestre de 2023. Esses momentos foram gravados em vídeo. As gravações, realizadas com consentimento das participantes, constituiram *o corpus* da pesquisa. A partir do procedimento metodológico das conversas, o objetivo desse trabalho foi pensar, com as narrativas das apropriações realizadas, possibilidades para a formação docente e para a criação de currículos nos/com os cotidianos das redes educativas.

Nas pesquisas com os cotidianos, entende-se que as conversas se diferem das entrevistas, uma vez que surgem livremente, escapam do controle e das intenções dos pesquisadores e podem nos levar a questões antes impensáveis e imprevisíveis. Ainda nessas pesquisas, as narrativas são tomadas como fabulações que nos ajudam a pensar – e não como depoimentos de fontes –, com a finalidade de resgatar com fidelidade os acontecimentos.

O LIVRO E O FILME KIM JIYOUNG

Mais de um milhão de exemplares do livro *Kim Jiyoung, nascida em 1982* foram vendidos em todo mundo. A obra de Cho Nam-Joo (2022) foi traduzida para 18 idiomas e elogiada pelos periódicos *The New York Times* (EUA) e *The Guardian* (Reino Unido), conforme consta em sua contracapa. Este é o terceiro romance da autora e teve “[...] grande impacto nos debates sobre desigualdade e discriminação de gênero no país”, segundo informação disponibilizada na orelha do livro (Nam-Joo, 2022). O romance tem uma narrativa simples e gostosa de ler, mas que causa indignação ao abordar a realidade de uma jovem sul-coreana e os impactos da desigualdade de gênero em sua vida e na vida de outras mulheres.

Importante destacar ainda que, apesar de potente para o debate no âmbito do feminismo, o romance não problematiza o binarismo de gênero no seio da heteronormatividade compulsória. Tampouco menciona a interseccionalidade em relação à orientação sexual, identidade de gênero, raça, geração, região geopolítica, classe social e religião, entre outras variantes, na constituição do “ser mulher”. Feita essa ressalva, resta-nos a questão proposta por Buther (2015, p. 240):

Se o corpo não é um “ser”, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória, então que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero, que constitui sua significação “interna” em sua superfície?

Apesar do silêncio em relação a essas questões no livro e no filme, as obras, de certa forma, provocam-nos a considerar, com o desenrolar das histórias, o caráter performativo do sistema corpo-sexo-gênero. Para além disso, o que interessa a este texto é pensar o que as professoras-pesquisadoras fabricaram ao fazer uso dessas narrativas literárias e cinematográficas. A essa fabricação secundária, Certeau (1994, p. 39) chamou de poética, ou seja, “[...] uma produção silenciosa que não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”.

Conforme o que foi proposto com esta atividade de ensino e pesquisa, o foco está nas mediações, nos processos de identificação, de recusa e de negociação criados com a leitura do livro e com as conversas sobre ela. São essas mediações que instauram uma ética/estética/política/poética singular-coletiva em relação às questões de gênero e aos feminismos, com suas multiplicidades, solidariedades, divergências, frequentações, tensões, hibridizações e negociações, num movimento de discurso de ação.

Abaixo, parte do resumo da história conforme publicado na orelha do livro (Nam-Joo, 2022):

Em um pequeno apartamento nos arredores da frenética Seul vive Kim Jiyoung. Uma *millennial* comum, Jiyoung largou seu emprego em uma agência de marketing para cuidar da filha recém-nascida em tempo integral — como se espera de tantas mulheres coreanas. Mas, em pouco tempo, ela começa a apresentar sintomas estranhos, que preocupam o marido e os sogros: Jiyoung personifica vozes de outras mulheres conhecidas — vivas e mortas. A estranheza de seu comportamento cresce na mesma proporção que a frustração do marido, que acaba aconselhando a esposa a se consultar com um psiquiatra.

Toda a sua trajetória é, então, contada ao médico. Nascida em 1982 e com o nome mais comum entre as meninas coreanas, Kim Jiyoung rapidamente se dá conta de como é desfavorecida frente ao irmão mimado. Seu comportamento sempre é vigiado e cobrado pelos homens ao seu redor: desde os professores do ensino fundamental, que impõem uniformes rígidos às meninas, até os colegas de trabalho, que instalam uma câmera escondida no banheiro feminino para postar fotos íntimas das mulheres em sites pornográficos. Aos olhos do pai, é culpa de Jiyoung que os homens a assediem; aos olhos do marido, é dever dela abandonar a carreira para cuidar da casa e da filha.

A adaptação em filme, que estreou em 2019, conta basicamente a mesma história do livro, mas tem um final diferente e mais esperançoso. Ambos provocaram muita polêmica na Coreia do Sul, onde a maioria da população é considerada conservadora e antifeminista. De acordo com reportagem publicada na revista *Capricho* (Balducci, 2022), o filme, embora tenha sido elogiado pela crítica, não foi bem recebido por grupos considerados antifeministas. O movimento chegou a fazer petições *online* contra o projeto, pedindo ao presidente do país à época que proibisse sua exibição nos cinemas.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nesta parte do texto, serão destacadas algumas passagens do livro (Nam-Joo, 2022), os debates suscitados e as apropriações das professoras-pesquisadoras para fabular, com e a partir de um repertório de um imaginário alimentado pelo cinema e pela literatura, outras práticas docentes

e outros currículos possíveis. Os trechos do livro citados remetem aos destaques efetuados por elas durante os debates.

O primeiro obstáculo de sua vida escolar foram as “brincadeiras do colega de carteira” que muitas garotas vivenciavam. Para Jiyoung, parecia mais assédio ou violência, e não havia nada que ela pudesse fazer além de chorar para a mãe e Eunyoung. Elas não ajudavam muito. Eunyoung dizia que os meninos eram imaturos e que Jiyoung deveria ignorá-los, e a mãe repreendia Jiyoung por chorar e reclamar de um colega que só estava provocando porque queria brincar (Nam-Joo, 2022, p. 34).

Esse trecho foi destacado por muitas professoras que o identificaram com a própria experiência ou com acontecimentos que presenciaram nas escolas em que estudaram ou em que trabalham. A maioria disse que “as coisas ainda permanecem desse jeito” e que “como professoras tomam atitudes para combater as violências psíquicas, físicas e morais em relação às meninas”. Elas criticaram a atitude da professora de Jiyoung, que dizia que meninos são assim mesmo, malvados com as garotas das quais gostam.

Outro trecho do livro destacado (Nam-Joo, 2022) diz respeito à ordem da chamada que os alunos deveriam seguir para se dirigirem ao refeitório onde era servida a merenda escolar. Em “[...] uma escola típica – simples, decadente, pública” (p. 50), os nomes dos meninos vinham primeiro e os das meninas depois, o que significava que elas tinham menos tempo para comer, já que o horário para terminar o recreio era o mesmo para todos. Conforme foi narrado no livro (p. 39-40), “[...] Jiyoung era a número trinta de uma lista de quarenta e nove. Os meninos iam do número um ao vinte e sete, e as meninas do vinte e oito ao quarenta e nove”.

As listas de chamada nas escolas brasileiras, quase sempre, vêm sendo organizadas pela ordem alfabética dos nomes dos estudantes, sem distinguir meninos e meninas. Entretanto, para surpresa de todos, um critério parecido com o adotado pela escola descrita no livro foi vivido/narrado por uma das professoras que participaram da pesquisa em sua vida escolar.

Na parte da infância, o que chamou minha atenção foi a chamada separada para meninos (primeiro) e meninas (depois). Era assim na escola em que estudei numa cidade do interior do Rio Grande do Sul. Injusto com as meninas que tinham menos tempo para lanche, já que para sair para o recreio era necessário responder a chamada primeiro. Ainda bem que tanto na escola do livro como nas atuais esse critério foi revisto, muito por causa da reclamação das meninas (Narrativa de uma professora-pesquisadora).

Outra passagem que mereceu destaque no debate foi a que se referia a diferença dos uniformes escolares para meninos e meninas, e a sua justificativa.

O código de vestimenta era rígido, principalmente para as meninas. De acordo com Eunyoung, ficara mais rígido ainda quando a escola se tornou mista. A saia tinha de ser comprida o suficiente para cobrir os joelhos e larga o suficiente para esconder os contornos dos quadris e das coxas. Como o tecido fino e branco da camisa de verão era bastante transparente, era obrigatório que usassem uma segunda pele de gola redonda por baixo. Nada de alcinhas, nada de camisetas, nada de cores, nada de rendas, e usar só um sutiã por baixo da camisa era proibido. No verão, as garotas tinham que usar meias-calças com meias brancas e, no inverno, apenas meia-calça preta. Não eram permitidas meias-calças transparentes ou meias. Nada de tênis, apenas sapatos sociais (Nam-Joo, 2022, p. 50).

Uma vez, uma aluna que foi parada no portão por calçar tênis reclamou que era injusto permitir camisetas e tênis apenas para os meninos. O inspetor explicou que os meninos eram mais ativos fisicamente (Nam-Joo, 2022, p. 51).

Embora, atualmente, os uniformes sejam, aparentemente, os mesmos para meninos e meninas, muitas restrições e vigilância ainda são exercidas sobre seus usos.

Aqui no livro me chamou muito atenção a questão as vestimentas. O que ainda é comum no Brasil, a diferença dos uniformes. As meninas de saia e tal. E aí, no livro, mostra que a preocupação deles não era com o conforto das meninas, era cobrir. Já os meninos tinham os trajes completamente livres. Nada mudou. Hoje a gente vê que tem muitas escolas onde as meninas não podem passar batom nem usar brincos. Destacam que os meninos eram muito mais ativos, mas as meninas não faziam atividades físicas porque consideravam que isso não era para elas. Não era uma opção para elas (Narrativa de uma professora-pesquisadora).

Em seu livro *Para educar crianças feministas*, Chimamanda Ngozi Adichie (2017) recomenda que é necessário ensinar a uma menina que os papéis de gênero são absurdos. “Nunca lhe diga para fazer ou deixar de fazer alguma coisa ‘porque você é menina’” (p. 27). Um ensinamento simples e óbvio, mas que as professoras-pesquisadoras afirmaram que ainda é necessário ter sempre em mente ao avaliarem suas práticas pedagógicas e curriculares.

A seguir, as professoras-pesquisadoras atentaram para a produção cultural dos corpos de meninas e meninos na sociedade, incluindo as escolas. A divisão das atividades nas salas de aula, nos banheiros, nas quadras esportivas e nos demais espaços-tempos das escolas foi tomada não como algo que corresponde à verdadeira natureza dos corpos-sexos-gêneros, mas principalmente aos modos como os discursos e as ações, incluindo-se aí as práticas escolares, os fabricam. Discutiuse, então, que não apenas o gênero, mas o sexo e o corpo são social, política e culturalmente produzidos com e a partir dos significados que são atribuídos com a classificação metonímica dos corpos (principalmente das genitálias, em que uma parte define o todo) pelos discursos de saber-poder. Assim como pelas práticas que estes induzem e/ou justificam, no contexto de relações de poder em determinados espaços-tempos. Assim entendendo, as professoras consideraram a necessidade de refletirem, constantemente, sobre o que suas práticas produzem e sobre os currículos que essas práticas instituem.

Uma parte do livro que diz respeito à menstruação e, assim, ao funcionamento dos corpos das mulheres, chamou muita atenção das professoras. Uma questão biológica, mas cuja significação e atenção dispensadas também são culturais e variam de grupo para grupo, de sociedade para sociedade, de época para época.

Uma das amigas de Jiyoung ganhou um buquê de flores do pai quando menstruou pela primeira vez; outra ganhou uma festa completa, um bolo em família. Mas para a maioria das garotas era um segredo compartilhado apenas entre mãe e filhas. Um segredo irritante, dolorosa e às vezes vergonhoso. A mãe evitava falar do assunto, como se algo que não deveria ser pronunciado em voz alta tivesse acontecido, enquanto oferecia lámen.

Desconfortável e ansiosa, Jiyoung ficou acordada, deitada ao lado da irmã naquela noite e analisou com calma o que tinha acontecido. Ela pensou sobre menstruação e lámen. Sobre lámen e filhos homens. Filhos e filhas. Filhos, filhas e tarefas. Alguns dias depois

ganhou um presente da irmã uma bolsinha de pano do tamanho da palma de sua mão com seis absorventes comuns (Nam-Joo, 2022, p. 57).

Jiyoung ficou menstruada pela primeira vez na oitava série, como muitas outras garotas que menstruam ainda no ensino fundamental. No entanto, esse assunto é, na maioria das vezes, silenciado nas escolas. O que será que ela concluiu com esses pensamentos que a mantiveram acordada? Não se sabe, porque o livro não explicita, mas é possível imaginar com o enredo da história e com o que as mulheres vivenciam com a própria experiência. É certo que havia algo de injusto nessas correlações. Há toda uma produção de significados sobre os corpos sexuados das mulheres, os quais variam nos diferentes espaços-tempos, mas que são, quase sempre, depreciativos e desqualificadores, além de serem empregados para justificar hierarquias e desigualdades. O que pode e o que não pode um corpo que sangra todo mês?

Segundo a narrativa do livro, naquela época, absorventes comuns não absorviam de fato, e o sangue vazava e manchava as roupas.

Uma parte que me tocou muito foi a parte que ela fala de menstruação e essa diferença da questão corporal. Como o estigma da menstruação existe também na vida adulta. Como esse assunto é pouco abordado nas escolas (Narrativa de uma professora-pesquisadora).

Eu menstruei com 13 anos e sabia muito pouco. Na época, a gente não tinha condições e eu usava paninhos como absorvente. Existia absorventes, mas era caríssimo para quem era operário. Isso me deixava muito constrangida quando eu ia para a escola (Narrativa de uma professora-pesquisadora).

Lembro de uma amiga que quando levantou a cadeira estava toda suja, e ela não teve nenhum tipo de acolhimento e ajuda da escola. Atualmente, eu trabalho em três escolas e em cada uma eu tenho um pacotinho de absorventes. Então eu acho que hoje a gente tem uma empatia maior (Narrativa de uma professora-pesquisadora).

A passagem sobre a menstruação, a desinformação, o silenciamento e o acolhimento ou a falta dele nas escolas, movimentou os debates e trouxe exemplos de como as professoras estão se organizando para lidar com isso e amenizar o sofrimento das meninas. A ideia é evitar o desconforto e, assim, evitar que as estudantes falem aulas ou deixem de fazer atividades naqueles dias.

Por fim, destaca-se neste texto uma última questão que movimentou o debate. Trata-se do assédio que Jiyoung sofreu em um ônibus, quando estava no ensino médio e se dirigia a uma aula extra em um cursinho preparatório. No caso relatado, um estudante seguiu Jiyoung desde um ponto de ônibus deserto e entrou no veículo com ela. Uma senhora que estava no veículo percebeu e a situação e ofereceu seu assento. Quando Jiyoung desceu do ônibus, o estudante fez o mesmo. Por sorte, a senhora percebeu e desceu também, se aproximou e afugentou o rapaz.

A gente vai se reconhecendo nas passagens do livro ou do filme. E eu me lembrei que quando eu tinha 12 anos e ia para a escola sozinha, eu andava por um lugar deserto e começou, todo dia, um homem me seguir. Era apavorante. Eu me reconheci nisso, como a gente sofre assédio desde pequena. Nunca estamos seguras, independentemente da idade e do lugar (Narrativa de uma professora-pesquisadora).

Tão impactante quanto essa passagem é a que vem logo a seguir. Embora frequente, a situação é revoltante.

Mas, naquela noite, Jiyoung levou uma bronca do pai.

- Por que o seu cursinho é tão longe? Por que você conversa com estranhos? Porque sua saia é tão curta? Jiyoung cresceu ouvindo que deveria ser cuidadosa, e se vestir de modo conservador, agir como uma “mocinha”. Que era responsabilidade dela evitar lugares, horários e pessoas perigosas. Que a culpa era dela por não perceber isso e não evitar (Nam-Joo, 2022, p. 64).

O pai a culpabiliza. O desfecho é que ela acaba largando o cursinho. Cenas como essa, de machismo predatório, tiram das mulheres a possibilidade de competir em igualdade (Narrativa de uma professora-pesquisadora).

As conversas, naquela oportunidade, versaram sobre os efeitos de culpabilizar as vítimas de assédio e de estupro. Trata-se, como aponta Despenes (2016, p. 41-42), de um programa político amplo para produzir a subalternização, a humilhação, a inferiorização e a anulação do outro.

Sempre culpadas por aquilo que nos fazem. Criaturas responsabilizadas pelo desejo que suscitam. O estupro é um programa político preciso: esqueleto do capitalismo, é a representação crua e direta do exercício de poder. Designa um dominador e organiza as leis do jogo para que possa exercer seu poder sem restrições. Roubar, arrancar, extorquir, impor e assegurar de que sua vontade se exerça sem entraves e que possa gozar de sua brutalidade sem que a outra parte manifeste resistência. O gozo da anulação do outro e da sua palavra, da sua vontade, da sua integridade. O estupro é a guerra civil, a organização política através da qual um sexo declara ao outro: tenho todos os direitos sobre você e te forço a se sentir inferior, culpada e degradada.

Além desses trechos citados, as professoras-pesquisadoras destacaram e debateram outras questões abordadas no livro, tais como: a escolha do curso de pedagogia pela irmã da protagonista, por ser considerada, de forma preconceituosa, uma profissão adequada para mulheres; a desigualdade de oportunidades e de salários entre homens e mulheres no mercado de trabalho; a pressão social em relação ao casamento e à maternidade; as exigências para que as mulheres deixem seus empregos para cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos; as dificuldades, os constrangimentos e o acúmulo de funções das mulheres casadas e com filhos que insistem em permanecer no mercado; e as obrigações atribuídas às mulheres em se responsabilizarem pelos cuidados com os parentes doentes e idosos. Tais comportamentos, valores, gestos e rituais constituem conhecimentos sobre as mulheres e aprendizagens culturais forjados em diferentes contextos da vida social, como família, religião, empresas, escolas e mídias, e que devem ser problematizados, quiçá contestados.

Assim compreendendo, sugere-se que pensar os corpos-gêneros-sexualidades como prática cultural implica pensar o papel da experiência e da imaginação na produção de sentidos e nas performances nos processos miméticos que estão na base das aprendizagens práticas para a vida em sociedade (Wulf, 2013). Implica ainda pensar a cultura como conjunto de operações produtoras de significações e nas negociações, apropriações, desvios, dissidências e diferenças que se engendram com as práticas. As mimeses não produzem apenas repetições, mas também engendram mímicas (cópias irônicas, malfeitas) e, dessa forma, diferenças.

IMAGINÁRIO, APROPRIAÇÃO E CRIAÇÃO DE CURRÍCULOS NÃO SEXISTAS

De acordo com Silva (2006), o ser humano é movido pelos imaginários que engendra: “[...] o concreto é empurrado, impulsionado e catalisado por forças imaginais” (p. 7). Para o autor, todo indivíduo se submete a um imaginário preexistente, ao mesmo tempo em que é um criador de imaginários. O imaginário como apropriação da cultura nas sociedades contemporâneas não seria mais apenas autoinduzido, mas constantemente produzido, com a contribuição do que ele chama de tecnologias do imaginário, ou seja, cinema, televisão, rádio e demais mídias que alimentam nossas esferas simbólicas. Para esse autor (Silva, 2006, p. 13):

A construção do imaginário individual se dá, essencialmente por identificação (reconhecimento de si no outro), apropriação (desejo de ter o outro em si) e distorção (reelaboração do outro para si). O imaginário social estrutura-se principalmente por contágio: aceitação do modelo do outro (lógica tribal), disseminação (igualdade na diferença) e imitação (distinção do todo por uma parte). No imaginário há sempre desvio.

Silva (2006) sinaliza ainda que “[...] o imaginário estrutura-se na errância: assimilação, apropriação, distorção e acaso” (p. 14). O imaginário, então, como apropriação da cultura e como um conjunto de narrativas que constituem nosso presente e nossa vida em sociedade, empurra o concreto, e assim também as práticas pedagógicas e os currículos imaginados, fabulados, criados e praticados nos/com os cotidianos das redes educativas dentro-fora das escolas.

Os currículos, conforme concepção assumida neste texto, bem como a formação de professores e os gestos pedagógicos, são tecidos em redes nos/com os cotidianos, no entrecruzamento de imaginários, saberes-fazer-poderes, ritos e rituais que constituem e transformam, permanentemente, as aprendizagens dos praticantes das escolas. Estas, por sua vez, são forjadas com as apropriações culturais e as operações de usuários nas/com as múltiplas redes educativas que formam e nas quais são formados (Alves, 2019). Pensar currículos, portanto, implica em ir muito além das determinações e de fixações político-institucionais. De acordo com Soares, Paiva e Nolasco-Silva (2017, p. 43):

Currículos, conforme compreendemos nas pesquisas nos/com os cotidianos, são *espaçotempos* de encontros entre diferenças, de reconhecimento e estranhamento, de escrituras sobrepostas, práticas negociadas, bricoladas e abertas à invenção, às contingências e às oportunidades. São atos coletivos, criados cotidianamente nas escolas, mesmo que em sua origem encontremos arbitrariedades políticas e teóricas e tentativas de controle. Currículos são declarações de intenções institucionais, produtos de políticas públicas e decisões administrativas. Mas são ainda derivações de corpos, mimeses de gestos, produção de desejos, inventividades e resistências daqueles que habitam os *tempo-espaços* escolares, com suas presenças – físicas e virtuais –, ausências, temporalidades, astúcias, confrontos, enfim, com aquilo que não tem governo, nem nunca terá. [grifo dos autores]

O que seria, então, a criação de currículos não sexistas nos/com os cotidianos escolares e das redes educativas? A educação não sexista, de forma consensual, é considerada como aquela que promove a igualdade de gêneros. Contudo, é preciso avançar nessa ideia, já que se entende que o sistema corpo-sexo-gênero é produzido na cultura, com discursos e práticas que classificam os corpos de forma binária e excludente – a partir das interpretações sobre as genitálias, em uma matriz de cisheteronormatividade, no contexto de relações de poder-saber, para produzir e

justificar hierarquizações, disjunções, preconceitos, violências e interdições. Assim entendendo, sugere-se que currículos não sexistas são aqueles que, em seus processos tecidos nos/com os cotidianos, não apenas combatam, mas que deixem de produzir a diferença sexual com práticas e discursos subjetivantes, os quais atribuem possibilidades diferentes aos corpos. Ou seja, do modo como foi descrito nas obras citadas e problematizado pelas professoras-pesquisadoras na experiência em ensino e pesquisa analisada.

Assim pensando, aponta-se, com este artigo, que currículos não sexistas sejam dissidentes em relação ao que muitas vezes é considerado como o correto. Que sejam currículos que contestam destinos pré-determinados por meio de criações que os estudantes e professores fazem/inventam/atualizam/fabulam a partir do que lhes é imposto com norma. Ainda com Soares, Paiva e Nolasco-Silva (2017, p. 43), indica-se que:

Currículos dissidentes são currículos que se modificam, se redesenham, se performatizam, com os usos que seus praticantes fazem dos repertórios que dispõem, apesar das proibições que estão colocadas, transformando esses processos em uma experiência ética-estética-política de se autoapresentar, de se autorrepresentar e de constituir a si próprio e o mundo.

Se os currículos tecidos por/com essas professoras-pesquisadoras em seus cotidianos serão dissidentes e não sexistas não é possível afirmar, visto que serão, sempre, forjados no entrecruzamento das diferentes aprendizagens criadas nas/com múltiplas redes que as formam e que formam junto com os demais praticantes das escolas. Os currículos assim criados serão, portanto, sempre imprevisíveis e incontrolláveis. Contudo, é possível sustentar que as problematizações e fabulações dessas professoras-pesquisadoras, forjadas a partir e com as apropriações do livro e do filme sul-coreanos citados e aqui apresentados, são potentes para pensarmos os currículos praticados e a criação de currículos não sexistas possíveis nas/com as escolas e nas/com as redes educativas.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ALVES, Nilda. *Práticas pedagógicas em imagens e narrativas: memórias de processos didáticos e curriculares para pensar as escolas hoje*. São Paulo: Cortez, 2019.
- BALDUCCI, Gustavo. Livro feminista que gerou discussão na Coreia do Sul é lançado no Brasil. *Revista Capricho*. [S. l.]: Editora Abril, 26 mar. 2022. Disponível em <https://capricho.abril.com.br/entretenimento/livro-feminista-que-gerou-discussao-na-coreia-do-sul-e-lancado-no-brasil/>. Acesso em 15 mar. 2023.
- BHABHA, Homi Kharshedji. *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: Textos seletos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

- DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- GONÇALVES, Marco Antonio.; HEAD, Scott (org.). *Devires imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- NAM-JOO, Cho. *Jiyoung, nascida em 1982*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.
- JIIYOUNG, NASCIDA EM 1982. Direção: Kim Bo-Young. Roteiro: Kim Do-Young; Cho Nam-Joo; Yoo Yeong-ah. [Lotte Entertainment]: Coréia do Sul, 2019. 1 vídeo (118 min).
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- SAID, Wadie Edward. *Orientalismo: o Ocidente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- SOARES, Maria da Conceição Silva. O homem ordinário. In: Reis, Graça; OLIVEIRA, Inês Barbosa de; BARONI, Patrícia (org.). *Dicionário de pesquisa narrativa*. Rio de Janeiro: Ayvu, 2023. p. 203-210.
- SOARES, Maria da Conceição Silva; PAIVA, Vanessa Maia Barbosa; NOLASCO-SILVA, Leonardo. Gêneros e sexualidades praticados em currículos dissidentes nos/com os cotidianos escolares. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 33-50, out./dez. 2017. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/30538>. Acesso em 13 fev. 2022.
- WULF, Christoph. *Homo pictor: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado*. São Paulo: Hedra, 2013.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Submetido em abril de 2024
Aprovado em julho de 2025

Informações das autoras

Maria da Conceição Silva Soares
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: ceicavix@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6846-9604>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0966985292376989>

Bianca de Menezes Castro da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: biancamenezescastro@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5173-4739>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0621295774636679>